

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1007700-68.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Seguro</b>
Requerente:	<b>Carlos Roberto Mariano</b>
Requerido:	<b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A</b>

**CARLOS ROBERTO MARIANO** pediu a condenação da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 08 de abril de 2016.

A ré foi citada e apresentou defesa, aduzindo preliminarmente a necessidade de apresentação do comprovante de endereço do autor. No mérito, defendeu a inexistência da incapacidade funcional alegada.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo a preliminar arguida.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo e a resposta aos quesitos suplementares, sobrevindo manifestação das partes.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O laudo médico pericial concluiu que *"o nexo causal é procedente quanto ao acidente de trânsito ocorrido em 2016 (fls. 14 e fls. 67), bem como há que ressaltar que o quadro traumático resultante da fratura de clavícula à direita (segmento dominante) foi tratado de forma conservadora e não confere ao autor sequela funcional ou déficit incapacitante a ser considerado. Outrossim, há que ressaltar que o quadro traumático relativo à fratura do punho (rádio distal) à esquerda (não dominante) foi tratado cirurgicamente e confere ao autor sequela funcional leve que não o inviabiliza ao exercício de atividade remunerada a terceiros como meio à sua subsistência. (...) O quadro atual averiguado no presente exame médico pericial é relativo à repercussão funcional RESIDUAL relativamente ao OMBRO (25% x 10%) = R\$ 337,50 (JÁ INDENIZADO) em adição à repercussão funcional grau LEVE DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO (70% x 25%) = R\$2.362,50. A somatória da repercussão funcional atual é de R\$ 2.700,00 reais"* (fls. 217/218).

Ademais, em resposta aos quesitos suplementares, a perita judicial ratificou os termos do laudo apresentado (fl. 242).

Nada nos autos infirma tal conclusão.

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula 474 do STJ).

O autor já foi indenizado administrativamente no valor de R\$ 2.025,00, de modo que receberá a quantia de R\$ 675,00.

Nos termos da súmula 580 do Superior Tribunal de Justiça, *"a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso"*.

Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para o autor a importância de R\$ 675,00, com correção monetária desde a data do evento danoso com a incidência de juros moratórios, à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, dos honorários periciais já adiantados e dos honorários advocatícios do patrono do autor fixados por equidade em R\$ 400,00.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 03 de abril de 2018.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**